

A produção do conhecimento sobre formação docente para Educação Profissional Técnica de Nível Médio em um contexto neoliberal

The production of knowledge about teacher training for Secondary Technical Professional Education in a neoliberal context

Recebido: 23/08/2023 | Revisado:
14/12/2023 | Aceito: 14/12/2023 |
Publicado: 19/12/2023

Emerson Carlos da Silva

ORCID:

<https://orcid.org/0000-0002-8433-4619>
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte
E-mail: emersoncarlos90@hotmail.com

Ana Lúcia Sarmiento Henrique

ORCID:

<https://orcid.org/0000-0002-1536-7986>
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte
E-mail:
analuciasarmientohenrique@gmail.com

Como citar: SILVA, E. C.; HENRIQUE, A. L.; A produção do conhecimento sobre formação docente para Educação Profissional Técnica de Nível Médio em um contexto neoliberal. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 2, n. 23, p. 1-19, e15954, Dez., 2023. ISSN 2447-1801.

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

O presente trabalho objetiva analisar como tem se constituído a produção de conhecimento sobre formação docente para Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) em um contexto neoliberal a partir de uma revisão de literatura. Essa pesquisa de cunho qualitativo, com abordagem bibliográfica e caráter exploratório, traz uma discussão fundamentada em autores como Saviani (2020), Moura e Benachio (2021), Frigotto e Ramos (2017), Kuenzer (2021) e Machado (2011). Desta forma, verificou-se que há a predominância de um movimento contra-hegemônico e não utilitarista do processo educacional, haja vista a defesa da formação docente para EPTNM que considere as suas especificidades e alinhe-se aos preceitos da formação humana integral, da qual necessita a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Formação docente; Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Neoliberalismo.

Abstract

The present work aims to analyze how the production of knowledge on teacher training for Secondary Technical Professional Education (EPTNM) has been constituted on a neoliberal context based on a literature review. This qualitative research, with a bibliographic approach and exploratory character, brings a discussion based on authors such as Saviani (2020), Moura and Benachio (2021), Frigotto and Ramos (2017), Kuenzer (2021) and Machado (2011). In this way, it was verified that there is a predominance of a counter-hegemonic and non-utilitarian movement of the educational process, given the defense of teacher training for EPTNM that considers its specificities and aligns with the precepts of integral human formation, of which the working class needs.

Keywords: Teacher education; Middle Level Technical Professional Education; Neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

Machado (2008) já aponta que, historicamente, as intenções para formação de professores, no âmbito da Educação Profissional, implicaram, em certa medida, em meros esboços incipientes, como consequência, constituindo várias lacunas ao longo do processo formativo dos docentes, muitas vezes, com idealismo vago e deficiências em pensamentos formativos consistentes e políticas públicas amplas e duradouras. Embora se tenham passado 15 anos, no que se refere aos documentos oficiais, o cenário não sofreu muitas modificações, haja vista as atuais emblemáticas diretrizes para a formação inicial e continuada de professores (Brasil, 2019; Brasil, 2020;). Morais e Henrique (2021), em sua análise sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (Brasil, 2020), concluem que o embasamento epistemológico da formação do professor está vinculado ao fazer docente prático, utilitário, eficiente, eficaz e flexível, em consonância com o que se exige de qualquer trabalhador no regime de acumulação flexível do capital.

Esses mesmos autores, com apoio em Machado (2008), lembram que “historicamente, a formação oferecida aos professores que atuam na EPT no Brasil vem sendo construída de forma marginalizada, a partir de cursos emergenciais e sem continuidade [...]” (Morais; Henrique 2021, p. 151). Concordam que essa postura é reforçada

[...] nas atuais diretrizes, tendo em vista que não é designado nenhum artigo, inciso ou parágrafo para discorrer a respeito das necessidades formativas dos milhares de professores que atuam na EPT vinculada à Educação Básica (Morais; Henrique 2021, p. 151).

Nessa perspectiva, em um contexto em que predominam narrativas neoliberais, materializam-se ataques constantes à classe trabalhadora a partir de golpes e “contrarreformas”, entre as quais a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência, a própria Reforma do Ensino Médio, que trouxeram uma série de regressões de direitos para a classe trabalhadora. Diante disso, a EP, justamente pela aproximação ao trabalho como base constituinte, sofre ainda mais pressões dessa conjuntura neoliberal, haja vista as pretensões de sua utilização para suprir as demandas do capital, passando a estar implícita a lógica do “capital humano” (Frigotto, 1993).

Não obstante, a formação docente para os níveis de EP, em especial a formação para a EPTNM, enfrenta ainda mais dificuldades em meio ao neoliberalismo, pois há o entendimento, na lógica capitalista, de que a educação deve ser estritamente prática, mecânica, utilitária, fragmentada (Moura; Benachio, 2021). Essa mesma postura epistemológica está subjacente à formação docente para a EP e, por conseguinte, subjacente à formação dos estudantes da EPTNM, no intuito de formar mão de obra para as demandas de mercado. É necessário observar que a EPTNM é um nível educacional para os filhos da classe trabalhadora que, nessa perspectiva educacional, perdem o direito de uma educação integral.

Além disso, os professores formados nessa visão prática, imediatista, flexível e pragmática, ligada à lógica do capital, passam a exercer o ofício como meros instrutores práticos, pois com uma formação nessa base epistemológica, perde-se

[...] a dimensão intelectual da profissão docente, tendo em vista que não é de interesse um profissional crítico, reflexivo e transformador, mas sim um sujeito que tenha formação para saber resolver os problemas práticos da prática pedagógica (Morais; Henrique, 2021, p. 155).

Diante disso, essa pesquisa tem por objetivo analisar como se tem constituído a produção de conhecimento sobre formação docente para Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) em um contexto neoliberal. Nessa perspectiva, guia-se pela seguinte questão de pesquisa: quais os temas e/ou conhecimentos estão sendo produzidos sobre formação docente para a EPTNM no contexto de neoliberalismo explícito e contrarreformas que mitigam direitos básicos da classe trabalhadora? Para subsidiar essa análise, consideramos duas questões norteadoras: é possível identificar se essa produção alinha-se à conformação ou à contra-hegemonia? Ainda, é possível apontar correlações entre o sistema hegemônico vigente e as estratégias de formação de professores para a EPTNM?

Logo, essa proposta pautou-se em problematizar a formação docente para EPTNM em um contexto de neoliberalismo avançado e “contrarreformas” estruturais. Trata-se de uma revisão de literatura em um recorte temporal de 2018 a 2022 para levantamento de dados. Essa pesquisa de cunho qualitativo com abordagem bibliográfica e com caráter exploratório traz uma discussão fundamentada em autores como Saviani (2020), Moura e Benachio (2021), Frigotto e Ramos (2017), Kuenzer (2021), Machado (2011).

2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Ao partirmos para uma análise da realidade, torna-se imperativo a consideração do pensamento materialista-histórico, haja vista que todos os acontecimentos que cercam o contexto social estão postos e são constituídos a partir de necessidades emergentes de cada período histórico, predominantemente, pela lógica hegemônica vigente, assumindo tanto imposições, quanto contradições, as quais quando identificadas e decompostas, possibilitam oportunidades para sua própria superação.

Diante desse panorama, o sistema capitalista, como modo produtivo hegemônico, tem influenciado profundamente a forma como vivemos e interagimos na sociedade. Com isso, como sistema econômico e produtivo e, buscando manter sua hegemonia, passa a intervir nas mais variadas estruturas que compõem a sociedade. Entre essas, a educação tende a ser pensada como instrumento de conformação social, voltada à qualificação de mão de obra para sustentação das demandas advindas das pretensões mercadológicas do capital, ou seja, há a

“necessidade de um sistema educativo que forme os recursos humanos necessários a essa expansão” (Gamboa, 2001, p. 85).

Nesse viés, a educação passa a assumir, ou é pressionada a assumir, um novo papel estrutural. Longe de ser posta como ferramenta para formação humana integral, a qual é destinada a uma pequena parcela privilegiada, a educação é compreendida como instrucional, em relação íntima com o sistema produtivo. Para a grande parcela da população, na ótica neoliberal, é destinada uma educação pública bastante limitada, a qual é posta ou instituída como formação de recursos humanos para servir ao desenvolvimento das mais variadas formas de “trabalho” (Gamboa, 2001). Com isso, essa educação limitada torna-se base de formação de mão de obra, muitas vezes como treinamento tecnicista para constituição do “*homo faber*”. Essa educação é voltada a proporcionar uma base mínima de conhecimentos que viabilize a instrução mecânica e, por consequência, a construção do “capital humano”.

Juntamente a isso, o discurso tendencioso da “teoria do capital humano” verbaliza a possibilidade de ascensão social por meio da escolarização, ou melhor, dissemina o ideário da qualificação, muitas vezes, como contrapartida do próprio indivíduo para sua colocação no mercado de trabalho, fato que tende a desresponsabilizar o “capital” das mazelas sociais ocorridas no mundo do trabalho. Essa teoria “busca traduzir o montante de investimento que uma nação faz ou indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros” (Frigotto, 1993, p. 41). O capital humano é objeto central quando a educação é analisada a luz do neoliberalismo, haja vista que,

[...] o raciocínio da concepção do capital humano, tanto do ponto de vista do desenvolvimento econômico como da renda individual, é que a educação, o treinamento são criadores de capacidade de trabalho. Um investimento marginal (pelo menos até certo nível) em educação ou treinamento permite uma produtividade marginal. Concebendo o salário ou a renda como preço do trabalho, o indivíduo, produzindo mais, conseqüentemente ganhará mais (Frigotto, 1993, p. 50).

Essas pressões tendem a expropriar o Estado de possíveis pretensões de ofertar os mais variados tipos de serviços públicos com qualidade, voltado ao bem-estar da população, principalmente, às parcelas menos favorecidas da sociedade. Com isso,

No âmbito das políticas neoliberais, criam-se as condições para que o Estado vá progressivamente redimensionando a sua atuação e se desobrigando da oferta de uma série de serviços (processo crescente de privatização) que, antes, era de sua responsabilidade, transferindo, inclusive, o seu controle para os mecanismos de “regulação do mercado” (Cabral Neto, 2012, p. 33 grifo nosso ou do autor).

Diante desse entendimento neoliberal, e considerando o sistema educacional brasileiro, o qual é ofertado em sua grande maioria de forma pública, torna-se elemento de intensas disputas no campo econômico e político, haja vista a correlação que a lógica capitalista imprime à educação como ferramenta para cumprir suas demandas de produção.

Nessa lógica neoliberal, a partir de 2016, com a deposição da Presidenta eleita Dilma Rousseff, por meio de um processo de *impeachment*, aconteceram diversas rupturas em construções sociais que, mesmo de modo bastante lento, instituíam possibilidades de melhorias em diversos setores da sociedade, principalmente, no que se refere a políticas para os mais necessitados. Essas rupturas são imbricadas ao alinhamento político dos preceitos da lógica capitalista hegemônica. Nesse período, a queda de um governo democraticamente eleito, ou melhor, o impedimento por meio de um golpe jurídico-midiático-parlamentar (Saviani, 2020), ocorrido em 2016, instituiu um período que marcou uma conjuntura de retrocessos sem precedentes para diversos segmentos sociais, em especial, para os mais desfavorecidos social e economicamente, que, conseqüentemente, trouxe o risco de que várias gerações da classe trabalhadora passassem a viver ou sobreviver sob a insegurança “[...] daquilo que é elementar à vida (comer, beber, vestir, ter um teto)” (Ramos; Frigotto, 2017, p.28). Desse modo, os falsos discursos sobre a necessidade de contrarreformas estruturais e, por decorrência, a implementação ou aprovação desses projetos “reformistas” acarretaram danos incalculáveis, principalmente, para a classe trabalhadora. A exemplo, a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/17) instituiu a flexibilização da legislação trabalhista vigente até então, o que desregulamentou alguns dos poucos direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo do tempo, por meio de lutas sindicais. Além disso, houve a tentativa de enfraquecimento da própria justiça do trabalho (Galvão *et al.*, 2019). Esses fatos contribuíram para acentuar uma maior precarização do trabalho e das ínfimas conquistas da classe trabalhadora. Outro fato que merece destaque é a Reforma da Previdência (EC nº 103/2019) que, promulgada sob o discurso de “uma eterna crise” e do crescente déficit na previdência social (Behring *et al.*, 2020), dificultou o acesso a aposentadorias e pensões e a própria subsistência dos trabalhadores ao se aposentarem, haja vista, a diminuição dos benefícios dos contribuintes e o aumento do tempo de suas respectivas contribuições, o que tende a degradar ainda mais a condição de sobrevivência de grande parcela dos trabalhadores.

A lógica de desconstruir ou mitigar o sistema de direitos e de proteção social tende a expor o trabalhador a uma condição de maior vulnerabilidade, seja ao submetê-lo a uma dinâmica de intensificação da concorrência do mercado, fazendo-o aceitar ocupações e condições de trabalho mais precárias e até sem direitos, como o caso do trabalho supostamente autônomo; seja ao dificultar o acesso ao sistema de seguridade por meio de uma aposentadoria digna, do atendimento pelo sistema de saúde pública, do acesso aos benefícios em razão de afastamento involuntário do mercado de trabalho ou pelo direito ao seguro desemprego. Some-se a isso a fragilização das instituições públicas responsáveis por garantir a efetividade dos direitos e da proteção social (Krein; Oliveira, 2019, p. 129).

Nesse panorama de regressões e retrocessos, o congelamento de gastos com educação, transvestida na EC nº 95/2016, que limita os gastos públicos por vinte anos, impôs prejuízos sem precedentes para a educação pública e atingiu diretamente as expectativas de avanços que estavam sendo construídos antes do “golpe”, como o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE 2014-2024), tendo em vista que,

Tal retrocesso incide sobre vários aspectos, a começar pelo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei n. 13.005, sancionada em 25 de junho de 2014, uma vez que as medidas pós-golpe já o tornaram letra morta, pois várias de suas metas já venceram sem serem atingidas, e as que ainda não venceram não têm mais a mínima chance de se viabilizar. (Saviani, 2020, p. 6).

Os ataques à educação pública não cessaram dentro dessa lógica antidemocrática, a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) reitera, de forma mais acintosa, a tentativa de correlacionar educação em um sentido unilateral, qual seja, o usufruto da educação pública como ferramenta de sustentação para a manutenção produtiva, mercadológica, de modo mais amplo, para subsunção aos interesses do capital, haja vista seu fundamento em uma formação baseada em competências e habilidades. Para Oliveira (2022),

A pedagogia das competências, estruturante do novo currículo do ensino médio, expressa-se como um projeto de formação que se coaduna com a racionalidade neoliberal. Essa racionalidade tem norteado o projeto educacional e deve ser interpretada, criticada e denunciada por seu forte viés economicista e por seu caráter de subordinação do processo educacional à formação de sujeitos reprodutores dos interesses do capital (Oliveira, 2022, p. 3).

Um processo formativo subsumido a essa racionalidade neoliberal mutila o direito a uma educação humana, cidadã e integral. Essa vertente instrumental “[...] debilita a concepção de uma formação humana integral do estudante, que integre os princípios do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura com vistas ao seu desenvolvimento pleno e a sua inserção autônoma na sociedade” (Moura; Benachio, 2021, p. 165).

Mais especificamente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) traz a EP como modalidade, a qual se integra ao trabalho, à ciência e à tecnologia, com a defesa de “permanente aptidões para a vida produtiva” (Brasil, 1996, p. 14), uma visão claramente fragmentada e utilitária dessa modalidade, uma tendência condizente com a “teoria do capital humano”.

Diante disso, a EPTNM, que articula EP à educação básica nas formas, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 1 de 2021, integrada, concomitante, concomitante intercomplementar e subsequente (Brasil, 2021), configura-se como

uma estratégia “discursiva” do governo e da iniciativa privada como subsídio para a qualidade do ensino, no entanto, essa estrutura educacional proposta deve ser interpretada criticamente, principalmente pelos que defendem uma educação humana, politécnica e integral, ou melhor, pelos professores que estão no chão da escola e que pressupõem possuir uma consciência de classe e são potenciais agentes de resistência e de posicionamento contra-hegemônico.

Implícita à macroestrutura educacional, a formação de professores institui-se como demanda da própria classe hegemônica, haja vista a necessidade de formar seus filhos, para conseqüentemente, manter um nível de conhecimento condizente com a manutenção da sua hegemonia. Nas palavras de Oliveira (2022),

A racionalidade neoliberal ressignifica o papel da escola e o submete à lógica dos resultados, esvaziando o papel do professor enquanto mediador, garantidor que os estudantes das camadas populares se apropriem do conhecimento poderoso (Oliveira, 2022, p. 4).

Ademais, com o processo de industrialização e o avanço da tecnologia, há uma demanda cada vez maior em ofertar uma educação básica para a classe trabalhadora que atenda às demandas dessas constantes atualizações nos diversos setores da sociedade. Para tanto, funda-se a formação de professores de modo a atender a essa necessidade do capital. Dito de outra forma,

O ataque das forças neoliberais e do ultraconservadorismo no âmbito educacional consolida-se pela tentativa de controle do trabalho docente, esvaziando seu papel enquanto agente mediador entre o conhecimento historicamente produzido e os setores mais pobres da população. Configura-se com práticas de silenciamento do pensamento divergente, mas também como estratégia de negação do acesso à cultura científica, o que na prática representa a tentativa de negação de os jovens da classe trabalhadora atuarem enquanto intelectuais, [...] (Oliveira, 2022, p. 4).

Tendo o neoliberalismo raízes profundas em todas as áreas componentes da sociedade, há uma forte defesa ideológica em privatizações e concessões a iniciativas privadas, inclusive na área da educação. Além disso, impera a defesa da redução do papel do Estado nas políticas públicas, o que significa

O ataque à educação pública como direito social e responsabilidade estatal [...], que não se resume à determinação da forma como a escola vai funcionar para alcançar seus objetivos e melhores resultados [...]. Representa definir esses objetivos e o que deve ser a escola pública. Significa ter quase o total controle do projeto de formação humana a ser posto em prática (Oliveira, 2022, p. 4).

Isso tem impacto direto nas várias vertentes do processo educacional. Com isso, a formação de professores, mais especificamente, a formação docente para a EPTNM, não escapa à influência dessas ideologias políticas neoliberais. Conforme Kuenzer (2021, p. 246), “o professor é deslocado, portanto, de sua condição de organizador de situações significativas de aprendizagem para promover a transição do senso comum e dos saberes tácitos para o conhecimento científico, que não se dá espontaneamente”. Nesse contexto, historicamente, a formação docente para essa modalidade é desprovida de unidade, conformidade e permanência. De acordo com Ribeiro Nogueira, Costa e Moraes (2021),

[...] há um processo de remendos na tessitura das políticas de formação docente para a EPT em que se promovem medidas prescritivas para os problemas que se mostram recorrentes nesse percurso. Isto é, não há um projeto de fomento e incentivo para atrair profissionais para a docência, ao contrário, evidencia-se um desmantelamento, uma precarização da profissão docente pautada pelos princípios de uma política neoliberal. (Ribeiro Nogueira; Costa; Moraes, 2021, p. 8).

Observa-se uma negligência em relação à formação docente para EP (Machado, 2008). No atual contexto social, em que predomina o discurso neoliberal, a formação de professores para EP, em especial para EPTNM, há uma predominância de cursos complementares aligeiradas e emergenciais, que são ofertados em caráter optativo para os professores que já atuam na EPTNM. Há uma tendência de essas formações serem pautadas para o desenvolvimento de habilidades e competências que permitam ao professor formarem estudantes que atendam às necessidades do mercado de trabalho.

Como resultado, algumas áreas das ciências humanas e sociais, que fomentam a reflexão crítica e o pensamento questionador, podem ter sido negligenciadas nos currículos de formação de professores. Além disso, a formação de professores para EP, tem sido fragmentada e desqualificada a tal ponto que o “notório saber” passa a equivaler à formação docente. Sobre isso, Costa e Coutinho (2018), analisando a Lei nº 13.415 de 2017, afirmam

[...] que todo profissional bacharel que atestar notório saber em qualquer habilitação técnica, poderá receber certificado para o exercício da docência. Não obstante, e ainda mais agravante, é a prerrogativa de que qualquer profissional, independentemente de seu nível ou grau de formação, possa comprovar seu saber e se tornar professor em cursos de educação profissional. Ou seja, qualquer cidadão, formado ou não, se comprovar o domínio técnico da profissão a que se destina a habilitação profissional, poderá dar aula em cursos técnicos de nível médio. (Costa; Coutinho, 2018, p. 1647).

Claramente aqui observa-se um ataque à classe docente, por conseguinte, à formação docente para a EPTNM, numa tentativa de fragilizar, desprofissionalizar,

desconfigurar a construção de identidade e de unidade docente compatível com a necessidade de ensino de qualidade para a classe trabalhadora.

Com isso, o perfil do professor na EPTNM, em um viés neoliberal “[...] é de um indivíduo técnico, prático, que domina os conteúdos específicos de sua disciplina, que é capaz de fazer com que os alunos aprendam a aprender as habilidades que o mercado de trabalho exige [...]” (Ribeiro Nogueira; Moraes; Costa, 2021, p. 14). Dessa forma, observa-se a tendência de alinhar o fazer docente a uma mera reprodução técnica e mecânica de conhecimentos tácitos, uma forma de treinamento para constituição do “*homo faber*”.

Nessa perspectiva, a defesa de uma educação integral, politécnica, principalmente para a classe trabalhadora, é negligenciada dentro da lógica neoliberal, de forma que,

[...] não há espaços e nem recursos para um modelo de educação libertadora e emancipatória, crítica, reflexiva e que almeje a transformação social, seja nos processos de escolarização dos alunos, seja na formação inicial dos professores. Na lógica neoliberal de disciplinamento político e econômico do Estado, não há necessidade deste gastar com um ensino universitário tradicionalmente crítico e dedicado à produção e divulgação do conhecimento. (Ribeiro Nogueira; Moraes; Costa, 2021, p. 15).

Dessa forma, pode-se afirmar que as políticas neoliberais contribuem para a precarização do trabalho docente, o que atinge a formação docente para a EPTNM.

Constatado esse panorama, urge a importância de pensarmos a formação de professores com base na criticidade e na resistência, buscando mitigar as consequências que as imposições capitalistas acarretam não só para os próprios professores com também para a classe trabalhadora. Para tanto, deve-se conceber políticas educacionais, principalmente no que tange à formação docente para a EPTNM, como um processo complexo e contínuo, e investir na valorização e desenvolvimento desses professores.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa se enquadra na abordagem qualitativa, de caráter exploratório, haja vista o destaque dado a características não observáveis por meio de estudos quantitativos, sendo a forma mais adequada para conhecer a natureza de um determinado fenômeno social, buscando sua compreensão segundo a perspectiva de conhecimentos subjetivos instituídos (Godoy, 1995).

Além disso, construiu-se de maneira descritiva, buscando uma interpretação da realidade com base em uma revisão de literatura (Gil, 2008). Sobre os procedimentos técnicos, essa investigação ancorou-se numa abordagem bibliográfica, tendo em vista que foi desenvolvida com base em material já produzido, composto por livros, artigos científicos, dentre outros periódicos,

considerando que essa técnica proporciona uma cobertura ampla de materiais para serem utilizados como suporte (Gil, 2008).

Realizou-se um levantamento da produção científica sobre esse objeto considerando a composição de artigos científicos em revistas, haja vista a suposta qualidade dessa produção, uma vez que esses artigos já passaram pelo crivo de um rigor teórico-metodológico nos periódicos onde foram publicados.

Para o levantamento dessa produção, optou-se pela base de dados do Portal de Periódicos da Capes. O processo de filtragem inicia-se no próprio portal, utilizando-se de filtros que a plataforma disponibiliza. Para tanto, nesse trabalho utilizou-se os descritores “formação docente” and “Educação Profissional”. Mais um fator de filtragem foi a periodização de 2018 a 2022, um período de constantes ataques aos direitos da classe trabalhadora.

A partir desses descritores, foram encontrados 97 artigos correlacionados ao objeto de estudo. Feito isso, os artigos foram exportados para o Rayyan, um programa na web que auxilia a análise e a seleção de referências em revisões de literatura. Nessa plataforma, foram excluídos 8 artigos duplicados, além de outros 60 excluídos por não tratarem de formação docente para EPTNM, tema central dessa pesquisa. Diante disso, restaram 29 artigos para a análise.

4 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EPTNM: UMA REVISÃO DE LITERATURA NO RECORTE TEMPORAL DE 2018 A 2022

Os artigos analisados foram incluídos com base nas respectivas leituras de seus títulos e seus resumos, de modo que foi verificada a correlação dos artigos com a temática de formação docente para a EPTNM, ou seja, com o objeto central dessa pesquisa. Para otimizar a análise, os 29 artigos escolhidos foram codificados de A1 a A29, conforme discriminado no Quadro 1.

É relevante salientar que as análises dos artigos escolhidos são realizadas a partir de seus respectivos objetos de estudos e seus resultados.

Quadro 1: Artigos sobre formação docente para EPTNM (2018 a 2022).

Código	Artigo	Ano	Periódico
A1	A formação do licenciando nos institutos federais do Nordeste e o ensino médio integrado à educação profissional	2018	Trabalho Necessário
A2	Abordagem ESP na Educação Profissional: a formação docente no contexto paranaense	2018	Revista Entre Línguas
A3	Contribuições do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) para a formação docente na educação profissional	2018	Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica
A4	O Ensino Médio Integrado sob Diferentes Perspectivas para o Ensino de Matemática	2018	Zetetiké

A5	O trabalho docente nos cursos técnicos integrados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos do Instituto Federal de Goiás	2018	Educação
A6	Políticas de formação de professores para a Educação Profissional: cem anos de lutas	2018	Ensino em Re-vista
A7	Trabalho e formação docente na Escola Técnica de Goiânia: política, ideologia e produtividade	2018	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação
A8	A especificidade da docência na educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas	2019	Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica
A9	A Formação docente na Educação Profissional e Tecnológica no IFNMG	2019	Formação Docente
A10	A produção do conhecimento em educação profissional articulada à formação de professores nas dissertações do PPGEP (2015-2017)	2019	Revista Temas em Educação
A11	Comunidades de aprendizagem docente: o desafio da formação de professores para o Proeja	2019	Boletim Técnico do Senac
A12	Formação de professores na educação profissional: uma análise sobre a dimensão pedagógica	2019	Formação Docente
A13	Tecnologias educacionais e a formação docente no contexto da educação profissional e tecnológica	2019	Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica
A14	Análise da produção científica acerca da formação continuada de docentes dos institutos federais	2020	Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica
A15	Cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados dos institutos federais	2020	Argumentos Pró-Educação
A16	Docência para educação profissional e tecnológica: aproximando diálogos	2020	Educa
A17	Ensino médio integrado: dificuldades e desafios da atuação docente no <i>campus</i> Santana/IFAP	2020	Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico
A18	Formação continuada de professores para educação profissional e tecnológica	2020	Holos
A19	O PROFEPT como espaço de reflexão e formação docente superior na educação profissional e tecnológica	2020	Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica
A20	Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados na modalidade a distância do IFRN: um diálogo com os licenciandos-professores	2021	Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica

A21	Desafios contemporâneos em educação profissional: formação docente, linguagem e práticas pedagógicas	2021	Devir Educação
A22	Desafios na formação de professores na/para a educação profissional e tecnológica	2021	Revista Principia
A23	Educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas na formação docente	2021	Revista Exitus
A24	Programa de pós-graduação em educação profissional (PPGEP/IFRN/Brasil): um estudo da linha de pesquisa “formação docente e práticas pedagógicas na educação profissional”	2021	Holos
A25	Relações históricas da Resolução CNE/CP nº 1/2021: implicações para a formação docente na Educação Profissional	2021	Revista Diálogo Educacional
A26	Avaliação da aprendizagem: uma proposta de formação continuada aos docentes da Educação Profissional e Tecnológica	2022	Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico
A27	Dificuldades de aprendizagem no Ensino Médio Profissional: a formação docente como possibilidade de intervenção	2022	Revista Brasileira do Ensino Médio
A28	Epistemologia da prática e da práxis: características das pesquisas sobre formação docente para Educação Profissional	2022	Educação
A29	Formação docente para e na Educação Profissional e Tecnológica: uma ilustre esquecida	2022	Revista Diálogo Educacional

Fonte: Autoria Própria (2023), a partir do Rayyan.

O artigo A1 busca analisar nos cursos de licenciatura em Institutos Federais da região Nordeste (IFs), as concepções de formação docente voltadas à formação para a Educação Básica, especialmente o Ensino Médio Integrado (EMI). Chegou-se à conclusão de que essas concepções presentes nos documentos dos IFs associam-se com os princípios orientadores do currículo das licenciaturas e que possuem aproximação com a concepção de formação de futuros docentes.

O A2 analisa desafios enfrentados pelos docentes de Língua Inglesa com relação ao ensino do ESP e afirma que os impasses podem estar relacionados à deficitária formação inicial dos professores. Com isso, passa a verificar qual o tratamento dado a esse assunto nos currículos dos cursos de Letras. Apesar da relevância dessa pesquisa, observa-se uma visão utilitária e específica.

O A3 problematiza a necessidade de as atuais políticas para formação docente refletirem sobre a práxis dos docentes. Para tanto, investiga as contribuições do PIBID para a formação docente no Curso de Formação Pedagógica para docentes do IFRS – Campus Sertão a partir da análise dos subprojetos desenvolvidos no curso. De forma inicial, esse trabalho apresenta indícios de uma formação docente condizente com a EPTNM.

O A4 trata-se de uma investigação que visa contribuir para a reflexão sobre a concepção do professor de matemática no Ensino Médio Integrado. Com isso, identificou-se mais divergências do que convergências entre a teoria e a prática no

EMI, evidenciando a necessidade de avaliar e (re)dimensionar alguns aspectos práticos do EMI, especialmente no tocante à formação do professor. Uma pesquisa bastante relevante que distingue o EMI em teoria e o que se observa do EMI na prática.

O A5 e o A11 abordam o trabalho docente nos cursos técnicos integrados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. A análise é realizada a partir da formação dos docentes, reiterando o desafio educacional para a profissionalização dos trabalhadores estudantes e para a formação dos docentes que atuam na EJA e na EPT, a qual ainda é bastante insuficiente. Apontam a importância do desenvolvimento de uma cultura de formação docente permanente e colaborativa em prol da Educação de Jovens e Adultos

O A6 apresenta um panorama e uma problematização sobre as políticas para a formação de professores para a Educação Profissional (EP), sob o olhar da legislação brasileira entre 1917 e 2017. Denuncia que a legislação apresenta flexibilidade quanto à formação de professores, com cursos emergenciais, fragmentados, o que pressupõe uma formação fragilizada.

O A7 investiga a formação dos professores da educação profissional, para compreender a ideologia que fundamentou o trabalho docente nessa modalidade de ensino, nas décadas de 1940 a 1960. Evidencia que não se exigia qualquer formação pedagógica dos professores que atuavam no ensino profissional, que eram egressos do ensino técnico e/ou bacharéis em diferentes áreas do conhecimento, uma problemática que ainda perdura atualmente.

O A8 traz a discussão sobre a complexidade, desafios e possibilidades da formação de professores da e para a EPT. Como resultado, apresenta a importância da avaliação dos programas já implementados para traçar novas propostas e aponta a relevância da produção teórica e de recursos adequados para a consolidação dessas políticas.

O A9 objetiva analisar como é desenvolvida a proposta de formação docente para os professores na educação profissional e tecnológica (EPT) no IFMG. Verificou-se que as políticas relativas à formação de professores para a EPT têm sido remodeladas pelas pretensões do sistema capitalista, pautando a reprodução ampliada do capital.

O A10 contextualiza a formação docente para EP, no que tange à produção do conhecimento no âmbito das dissertações do PPGEP/IFRN, no período de 2015 a 2017. Verificou a necessidade de efetivação de uma política sistêmica e contínua de formação de professores para a modalidade, que privilegie a integração entre a formação geral e a profissional.

Nesse viés, o A12 analisa dissertações e teses voltadas à temática entre 2005 e 2015. Os resultados evidenciaram perspectivas distintas de formação docente, das quais duas são discutidas: a formação profissional docente que prioriza a articulação entre teoria e prática e a complementaridade entre disciplinas e dimensões formativas.

O A13 busca analisar a produção científica acerca da temática da formação docente e das tecnologias educacionais na EPT no período de 2010 a 2018. Incita a problematização sobre tecnologias educacionais inseridas numa vertente

histórico-social e que devem ser repensadas na direção da formação humana integral e emancipatória.

O A14 apresenta um estado do conhecimento sobre a formação docente continuada na Educação Profissional dos IFs, buscando identificar as perspectivas teóricas dos artigos publicados entre 2010 e 2018. A partir disso, observou-se um crescimento nas pesquisas sobre essa formação docente, paralelamente à criação dos IFs.

O A15 analisa os cursos de formação pedagógica para os docentes graduados não licenciados dos IFs. Essa pesquisa apresenta como resultado a negligência de princípios como trabalho como princípio educativo, interdisciplinaridade, contextualização e transformação da realidade social, considerados elementos orientadores em práticas pedagógico-curriculares integradoras no âmbito da EP.

O A16 aponta a fragilização dessa formação e propõe-se a aproximar alguns diálogos de importantes pesquisadores da EP para a formação docente com o intuito de efetivar um projeto que se consolide na especificidade da EPT. Com isso, apresentam a importância da avaliação dos programas já implementados. Apontam ainda a relevância da recursos adequados para a consolidação dessas políticas que sustentam essa formação.

Nessa perspectiva, o A17 imprime que há uma quantidade significativa de professores que não possuem qualificação para atuarem na EPT em sua totalidade, identificando a necessidade da formação docente para atuação na EPT, integrar os componentes curriculares do núcleo comum ao técnico na perspectiva da formação humana integral.

Nesse viés, o A18 problematiza tanto o contexto histórico da formação continuada para EPT, como também essa formação no cenário atual, passando a analisar propostas formativas com base em alguns autores referenciais. Os trabalhos apontam para a falta de aprofundamento em teorias sobre formação docente e um insuficiente debate sobre práticas formativas.

O A19 traz uma reflexão da importância do PROFEPT como um espaço acadêmico profícuo para a formação de docentes que atuam na EPT e, ainda, incitando a uma possível contribuição para o debate sobre a importância de adotar uma política de formação docente condizente com os desafios enfrentados, na atual conjuntura neoliberal. Essa pesquisa acentua uma visão contra-hegemônica em desfavor das implicações capitalistas vigentes.

A20 objetivou o estudo de um Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados na modalidade a distância, identificando que a falta de uma formação condizente potencializa a histórica precarização da carreira docente na modalidade. Constata que a legislação chancela a atuação docente sem habilitação para tal, reforçando a histórica precarização da carreira docente na modalidade.

Nessa lógica, o A21 busca discutir a formação de docentes em EP e estudar a linguagem e práticas educacionais implícitas às novas tecnologias e emergências no processo de ensino em educação profissional no contexto de isolamento social imposto em função da pandemia. O estudo da comunicação, tecnologias e do

discurso manifestado nas práticas pedagógicas revela que a experiência docente reflete discursos político-educacionais.

O A22, também, investiga as concepções que embasam os Institutos Federais, no intuito de refletir sobre os processos de formação dos docentes para EPT, problematizando que essa formação deve ultrapassar a mera profissionalização e, sobretudo, necessitando do comprometimento com a formação humana integral.

Outrossim, o A23 objetiva refletir sobre os desafios e as perspectivas na formação de docente para a EP. O trabalho aponta para a necessidade de efetivação de uma política sistêmica e contínua de formação docente, que privilegie a construção e o fortalecimento de ações e espaços que permitam discussões, reflexões e planejamentos, para que ocorra, de fato, a integração entre a formação geral e a profissional. Também, há a identificação do conhecimento prático como centralidade na constituição docente.

O A24 analisa 22 dissertações produzidas no âmbito do PPGEP/IFRN de 2017 a 2019, constatando que as dissertações discutem formação docente e suas respectivas práticas pedagógicas no contexto do processo de ensino/aprendizagem, as quais problematizam a formação humana integral.

O A25 analisa diferentes documentos oficiais que regulamentam a docência na EPT de 1990 a 2021. Diante das análises, concluem que a legislação apresenta flexibilidade quanto à formação de professores, consolidando os cursos emergenciais, fragmentados e especiais, o que proporciona uma formação fragilizada, além de não evidenciar a obrigatoriedade da licenciatura para os docentes da EPT.

Já o A26 trata-se de um curso de formação continuada na área de avaliação da aprendizagem, o qual versou sobre as concepções e práticas avaliativas de docentes na EP. Verificou-se potencialidades para qualificação e aprimoramento sobre processos e práticas avaliativas na EPT.

Em um panorama mais específico, o A27 aponta para a necessidade de formação continuada para professores na perspectiva de ofertar o direito à educação aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, isso devido à elevação da matrícula de alunos com necessidades especiais no ensino médio técnico e profissional.

O A28 busca compreender em que bases se correlacionam os artigos publicados sobre formação docente para EP. Essa pesquisa identificou uma variação entre epistemologia da prática e epistemologia da práxis nos textos analisados, verificou, também, trabalhos que perpassam entre uma tendência para a prática e uma tendência para a práxis. Uma pesquisa de bastante relevância para o campo da EP, haja vista sua defesa de uma formação docente atrelada à práxis em favor dos interesses da classe trabalhadora.

Nessa vertente, o A29 objetivou conhecer a produção acadêmica sobre formação docente para EPT, analisando os trabalhos nos anais da Anped de 2010 a 2021. Essa análise revelou uma diversidade de pesquisas que versam sobre formação e a prática docente na EPT, apontando que apesar do aumento das produções, no âmbito dessas discussões, há um esquecimento dessa formação docente.

Nessa análise, apesar das pressões impostas pelo neoliberalismo infligirem uma lógica educacional de “capital humano”, observa-se um movimento contra-hegemônico, que se utiliza das próprias contradições do sistema para suscitar discussões e análises que minimizem os impactos dos ideários utilitários e mercadológicos impostos a educação para a classe trabalhadora.

Essa produção elencada, oportuniza um movimento de resistência contra as imposições capitalistas que assolam o campo da EP, especificamente, a formação para a EPTNM. Vale destacar a vulnerabilidade que a EPTNM possui, por ter o trabalho como princípio educativo, tende a ser objetificada em qualificação de mão de obra para o mercado. Desse modo, a maioria dessas pesquisas denunciam a continuidade que as legislações ou a falta delas apresentam como a “flexibilidade” da formação docente, demandas formativas emergenciais, fragmentadas e “especiais”, o que pressupõe uma formação fragilizada para o contexto da EP, que se coaduna com as necessidades de mão de obra para o mercado de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi promover uma análise de como tem se constituído a produção de conhecimento sobre formação docente para EPTNM em tempos de regressão de direitos, principalmente para a classe trabalhadora. Diante disso, buscou-se, identificar os possíveis alinhamentos que essas pesquisas ancoram-se, considerando um contexto em que predomina uma materialização de ideários neoliberais, ainda, tratou-se de identificar possíveis implicações que esse contexto imprime na construção de conhecimentos ou orientações sobre formação docente para a EPTNM.

Diante desse contexto, a análise revelou que, apesar das pressões que a materialidade atual do sistema hegemônico ou neoliberalismo infligem a essa temática, observa-se, um movimento contra-hegemônico, que se utiliza das próprias contradições do sistema para suscitar discussões que, muitas vezes, oportunizam a defesa de um agir pedagógico em uma visão de formação humana integral em detrimento de ideais utilitários e mercadológicos da educação.

Nesse viés, a produção do conhecimento sobre formação docente para a EPTNM aqui considerada, não segue uma lógica de conformação. Embora essa produção sofra as pressões do sistema capitalista, os trabalhos desenvolvidos e analisados apresentam, em sua maioria, uma crítica e uma denúncia sobre a negligência e a desestruturação que perpassou os processos formativos de professores que atuam na EPT, não só na contemporaneidade, como também ao longo da constituição desses processos. É necessário destacar a importância dos programas de pós-graduações com campo de pesquisa em EP, a exemplo o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional no IFRN, haja vista grande parte dessas produções advêm desse programa, os quais oportunizam discussões específicas sobre formação docente para EP, e, com isso, atuam como mais uma frente de resistência contra-hegemônica, em desfavor de discursos utilitaristas, mercadológicos, emergenciais e reprodutivistas desses processos formativos.

Com isso, verificou-se que as pesquisas elencadas debruçam-se de forma diversificada sobre essa temática. Essa produção problematiza, entre outros temas mais específicos: concepções de formação docente nos IFs; políticas de formação;

atuação docente no EMI e na EJA; complexidades, desafios e possibilidades; proposta de formação; análise e avaliação da produção do conhecimento; formação continuada e pedagógica. Apesar dessa diversificação, percebeu-se uma tendência de pesquisas voltadas a análise de conhecimentos já instituídos, pesquisas que se configuram no campo teórico. Há poucas pesquisas que problematizam propostas ou sistematização sobre possíveis formações para os professores da EPTNM ou uma estrutura formativa condizente com a heterogeneidade que configura esse corpo docente.

Essa análise apontou correlações entre o sistema hegemônico vigente e as estratégias de formação de professores para a EPTNM. A formação, muitas vezes, é ofertada de modo emergencial, aligeiradas, com caráter estritamente técnico. A própria instituição do “notório saber” torna-se exemplo da influência que os ideários capitalistas imprimem à docência, principalmente, no campo da EP. Isso denota, claramente, uma visão que privilegia a experiência, o conhecimento prático, em detrimento de uma formação de professores baseada na práxis e nos princípios de formação humana integral.

Consideramos uma produção bastante profícua e de resistência contra as arbitrariedades que assolam o campo da EP. A maioria dessas pesquisas denunciam a continuidade que a legislação ou a falta dela apresenta como a “flexibilidade” da formação docente, demandas formativas emergenciais, fragmentadas e “especiais”.

Por fim, espera-se que essa pesquisa possa contribuir e incentivar futuras pesquisas no âmbito da EP, mais especificamente, trabalhos relacionados à formação docente para EPTNM, campo cheio de lacunas que requer uma atenção crítica para superação dos obstáculos.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Gisele. Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. (p. 103-121).
- BRASIL. **Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, [2019]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- BRASIL. **Resolução nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, [2020]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021**. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 07 jun. 2023.

CABRAL NETO, Antônio. Mudanças contextuais e as novas regulações: repercussões no campo da política educacional. **Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 7-40, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4051>. Acesso em: 02 jul. 2023.

COSTA, Maria Adélia.; COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda. Educação Profissional e a Reforma do Ensino Médio: lei nº 13.415/2017. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 4, p. 1633-1652, out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/BbBvb3GQC8kv5DW57BfPcBg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 mai. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação como capital humano: uma teoria mantenedora do senso comum. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993. p. 35-68.

GALVÃO, Andréia.; Castro, Bárbara.; Krein, José Dari.; Teixeira, Marilane Oliveira. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-270, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/mmnFbTSWxvFnP7n8LPnxnCz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 jun. 2023.

GAMBOA, Sívio Sánchez. A globalização e os desafios da educação no limiar do novo século. In: LOMBARDI, José Claudinei. (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas: Associados, 2001, p. 79-106.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Os impactos da Reforma nas condições de trabalho. In: KREIN, José Dari; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; FILGUEIRAS, Vitor Araújo. **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019, p. 127-155.

KUENZER, Acácia Zeneida. A precarização do trabalho docente: o ajuste normativo encerrando o ciclo. In: MAGALHÃES, Jonas et al. (org.). **Trabalho docente sobre fogo cruzado (v. 2)**. Rio de Janeiro: UFRJ, LPP, 2021, p. 235-250.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O desafio da formação de professores para a EPT e PROEJA. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 32, p. 689-704, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/DDvbwbydBpTjC4TwYf4gRB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 mai. 2023.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Formação de professores para a ept: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. In: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (inep). **Formação de professores para ept**: Brasília, 26, 27 e 28 de setembro de 2006. Brasília: inep, 2008. p. 67-82.

MORAIS, João Kaio Cavalcante de; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. A compreensão de docência nas atuais diretrizes curriculares nacionais para a formação continuada de professores da educação básica. **Revista Humanidades e Inovação** v.8, n.42, p. 147-158. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4977>. Acesso em: 16 de ago. 2023.

MOURA, Dante Henrique; BENACHIO, Elizeu Costacurta. Reforma do ensino médio: subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 39, p. 163-187, 27 maio 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47479>. Acesso em: 02 out. 2023.

OLIVEIRA, Ramon de. Ensino médio integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 23, p. e14688, 2023. DOI: 10.15628/rbept.2023.14688. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688>. Acesso em: 16 ago. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. “Resistir é preciso, fazer não é preciso”: as contrarreformas do ensino médio no Brasil. **Cadernos de pesquisa em educação**, PPGE-UFES, v. 19, p. 26-47, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/educacao/article/view/19329>. Acesso em: 11 set. 2023.

RIBEIRO NOGUEIRA, Antônio Wherbty.; MORAES, Ana Cristina de; COSTA, Maria Adélia da. Formação docente para a educação profissional e tecnológica no contexto neoliberal: Teacher training for professional and technological education in the neoliberal context. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 15, n. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4638>. Acesso em: 23 jul. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, e21512, jan. 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592020000100202&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 set. 2023.